

# **Evolução do mercado de trabalho e do Auxílio Emergencial durante a crise sanitária**

**Letícia Figueiredo Collado<sup>1</sup>, João Marcus Pereira Rodrigues<sup>2</sup>, André Gal Mountian<sup>3</sup>, Agnaldo Valentin<sup>4</sup>**

## **Introdução**

Este é o quarto de uma série de artigos de conjuntura sobre a crise sanitária do Coronavírus. O monitoramento é realizado com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e denominada PNAD COVID19. Na edição anterior, exploramos as desigualdades expostas e intensificadas pela crise no mês de maio. Neste artigo, por sua vez, foram utilizados os dados de maio a agosto de 2020, visando compreender os fenômenos ocorridos no mercado de trabalho brasileiro ao longo dos últimos quatro meses da pandemia.

## **Evolução do Mercado de Trabalho**

Em uma avaliação inicial da situação do mercado de trabalho na série de dados da PNAD COVID19, revela-se no contingente

---

<sup>1</sup> Discente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP).

<sup>2</sup> Discente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP).

<sup>3</sup> Docente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP), pesquisador do Núcleo de Estudos em Economia e Políticas Públicas (NEEPP) e do Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas (OIPP).

<sup>4</sup> Docente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP), pesquisador do Núcleo de Estudos em Economia e Políticas Públicas (NEEPP) e do Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas (OIPP).

de pessoas ocupadas uma queda de 84,4 para 82,1 milhões de pessoas entre os meses de maio e agosto de 2020, conforme ilustrado na Tabela 1. É importante realçar que o movimento de queda é refletido da mesma forma no nível de ocupação do país, que representa o percentual de brasileiros em idade de trabalhar efetivamente ocupados. Dentro deste grupo, ainda, observa-se uma queda significativa no subconjunto de pessoas ocupadas e afastadas, em especial as pessoas afastadas devido ao distanciamento social, que passaram de 15,7 milhões em maio para 4,1 milhões em agosto. Além disso, destaca-se uma redução em menor ordem de grandeza no que diz respeito às pessoas que trabalhavam de forma remota e às pessoas ocupadas na informalidade.

**Tabela 1.** Distribuição de indicadores do mercado de trabalho (maio-agosto) (milhões de pessoas)

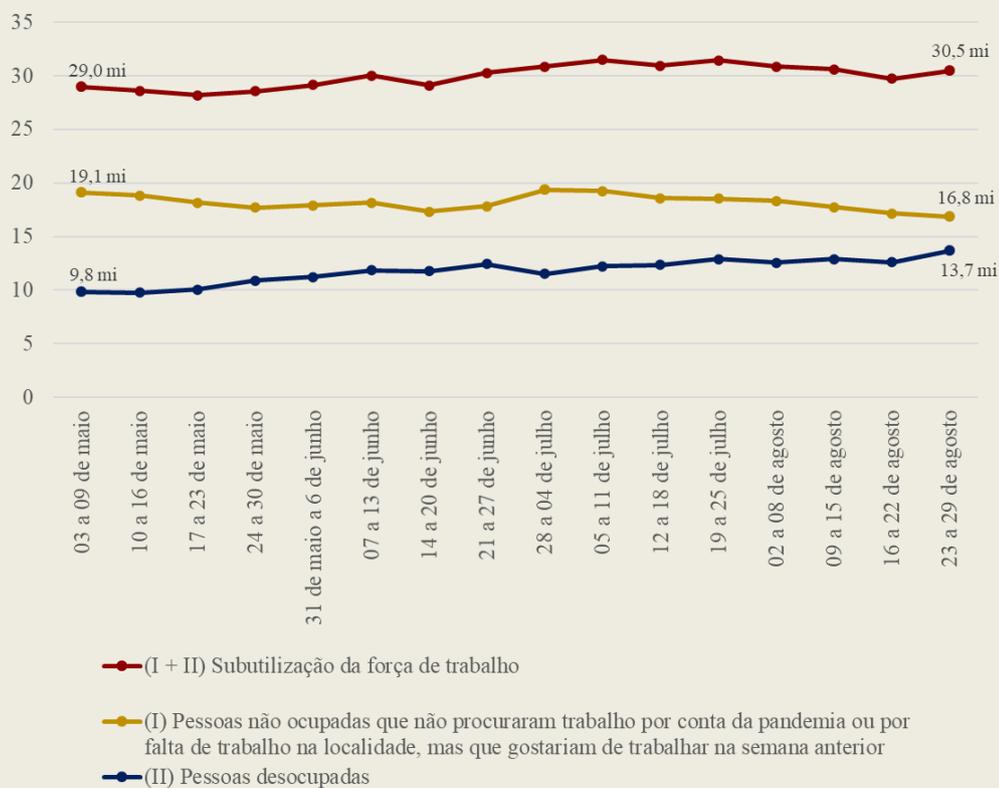
Situação	Maio	Junho	Julho	Agosto
Pessoas ocupadas	84,4	83,5	81,5	82,1
Ocupadas e afastadas	19,0	14,8	9,7	6,7
Afastadas devido ao distanciamento social	15,7	11,8	6,8	4,1
Afastadas por motivo diferente do distanciamento social	3,2	2,9	3,0	2,5
Ocupadas que trabalhavam de forma remota	8,7	8,7	8,4	8,4
Ocupadas e na informalidade	29,3	29,0	27,4	27,9

Fonte: IBGE (2020)

Para além do cenário de ocupação, para uma compreensão mais ampla dos reflexos da crise sanitária no mercado de trabalho brasileiro faz-se igualmente necessária uma leitura não só do desemprego, mas da subutilização da força de trabalho - como vem sendo realizada nos últimos artigos da série. A partir da leitura do Gráfico 1 abaixo, verifica-se que a taxa de subutilização da força de trabalho brasileira apresenta relativa estabilidade entre os meses de maio e agosto; observa-se, entretanto, evidente mudança em sua composição. Esta mudança pode ser verificada pela queda no contingente de pessoas não ocupadas que não procuraram trabalho por conta da pandemia ou falta de trabalho na localidade (curva I no gráfico) e pelo aumento na parcela de pessoas desocupadas (desempregadas) (curva II) entre os meses de maio e agosto.

Entre maio e o início de julho, a taxa de subutilização era constituída majoritariamente por pessoas não ocupadas que não procuraram trabalho por conta da pandemia ou falta de trabalho na localidade, representando 66% do total, enquanto a parcela de desocupados era de 34%. A partir da segunda semana de julho (05 a 11), as curvas I e II demonstraram oscilações díspares e, findo o mês de agosto, a quantidade de pessoas não ocupadas que não procuraram trabalho por conta da pandemia ou falta de trabalho na localidade apresenta queda e passa a representar 55% da subutilização, enquanto a parcela de pessoas desocupadas cresce e passa a representar 45%. Essa oscilação pode representar um deslocamento da população não ocupada que, no decorrer da pandemia, voltou a buscar algum tipo de trabalho.

**Gráfico 1.** Subutilização da força de trabalho nas primeiras 16 semanas de pesquisa (maio-agosto) (em milhões de pessoas)



Fonte: IBGE (2020)

A PNAD Covid investigou ainda uma série de motivos pelos quais as pessoas não saíam de suas casas para procurar emprego. Os resultados são apresentados abaixo (Tabela 2).

Tabela 2. Distribuição das pessoas que não procuraram trabalho na semana anterior a semana de referência, por motivos de não procura (maio-agosto) (%)

<b>Motivo de não procura</b>	<b>Maio</b>	<b>Junho</b>	<b>Julho</b>	<b>Agosto</b>
Não quer trabalhar ou é aposentado	33,0	33,2	32,8	33,4
Devido à pandemia (isolamento, quarentena ou distanciamento social)	26,7	24,5	25,1	22,7
Estava estudando	14,8	15,6	15,4	15,8
Tinha que cuidar dos afazeres domésticos e/ou de parentes	10,6	11,6	11,7	12,3
Por problemas de saúde ou gravidez	6,5	6,9	7,0	7,3
Não havia trabalho na localidade	3,6	3,9	4,2	4,7
Outro motivo	2,0	1,7	1,4	1,4
Acha que não vai encontrar trabalho por ser muito jovem ou idoso	1,8	1,6	1,4	1,4
Estava aguardando resposta de medida tomada para conseguir trabalho	0,5	0,5	0,5	0,5
Não tinha experiência profissional ou qualificação	0,5	0,5	0,4	0,4

Fonte: IBGE (2020)

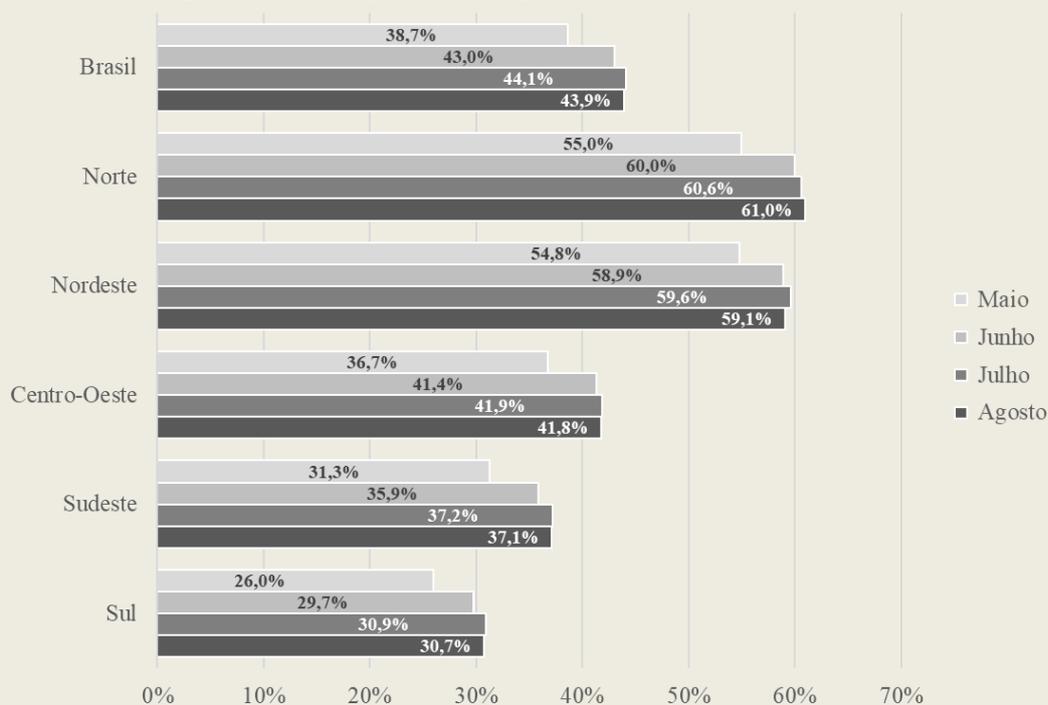
De acordo com a pesquisa, o motivo maior para as pessoas que querem trabalhar, mas não procuraram trabalho na semana anterior ao colhimento das respostas, foi devido à pandemia do covid-19, aliado ao isolamento, quarentena ou distanciamento social. Destaca-se que esse motivo de não procura vêm caindo, passando de um índice de 26,7% (20,1 milhões) em maio para 22,7% (17,1 milhões) em agosto, revelando um possível afrouxamento no cumprimento das medidas de distanciamento social e

quarentena para procura de trabalho. Além do motivo destacado, nos chama a atenção também o aumento no motivo de não procura pois tinha que cuidar dos afazeres domésticos e/ou de parentes e de não procura por problemas de saúde ou gravidez, apresentando crescimento de 2,3 p.p. e 0,8 p.p., respectivamente.

### **Auxílio emergencial e renda do trabalho**

Os dados da PNAD COVID19 revelam também a participação do auxílio emergencial nos domicílios brasileiros. A estabilidade verificada entre julho e agosto está associada ao encerramento do acesso ao programa e evidencia o teto de domicílios atendidos pelo Auxílio Emergencial, totalizando 43,9%. Os dados reafirmam a prevalência de domicílios mais vulneráveis nas regiões Norte e Nordeste em relação às demais, conforme apresentado no Gráfico 2.

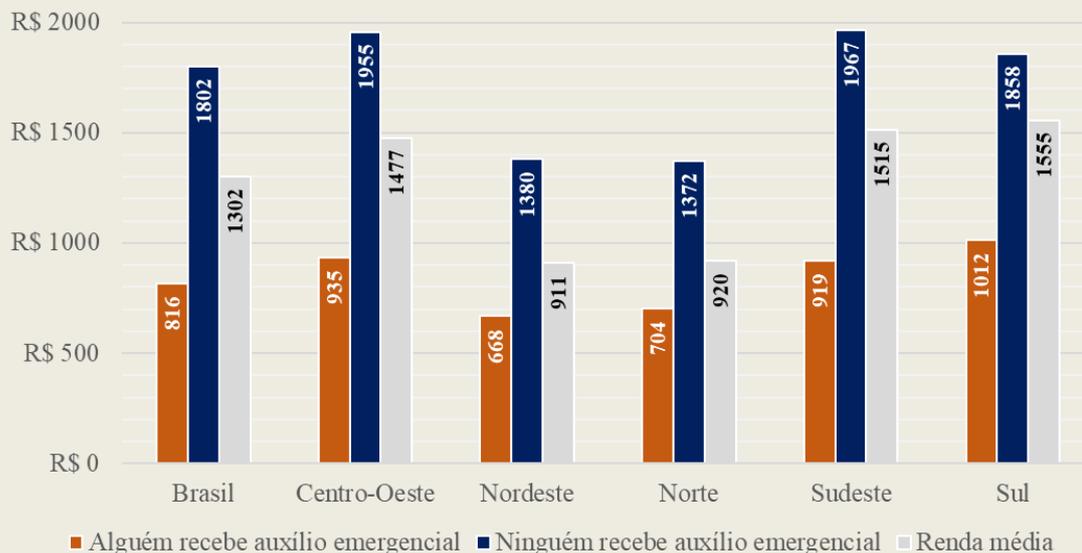
**Gráfico 2.** Porcentagem de domicílios onde alguém recebe auxílio emergencial, por região (maio-agosto)



Fonte: IBGE (2020)

Em todas as regiões do país verifica-se que o auxílio emergencial atinge domicílios com menor rendimento per capita. O Gráfico 3 mostra que, no mês de agosto, os domicílios brasileiros em que alguém recebe auxílio emergencial apresentam rendimento real per capita médio efetivamente recebido de R\$ 816, enquanto os domicílios em que ninguém recebe auxílio emergencial, de R\$ 1.802. Não obstante, o gráfico também indica disparidades regionais no que diz respeito a esta diferença. A região Sudeste apresenta a maior disparidade entre a renda domiciliar per capita dos domicílios em que alguém recebe auxílio emergencial (R\$ 919) e em que ninguém recebe (R\$ 1.967). A região Norte, por sua vez, apresenta a menor disparidade - R\$ 704 e R\$ 1.372.

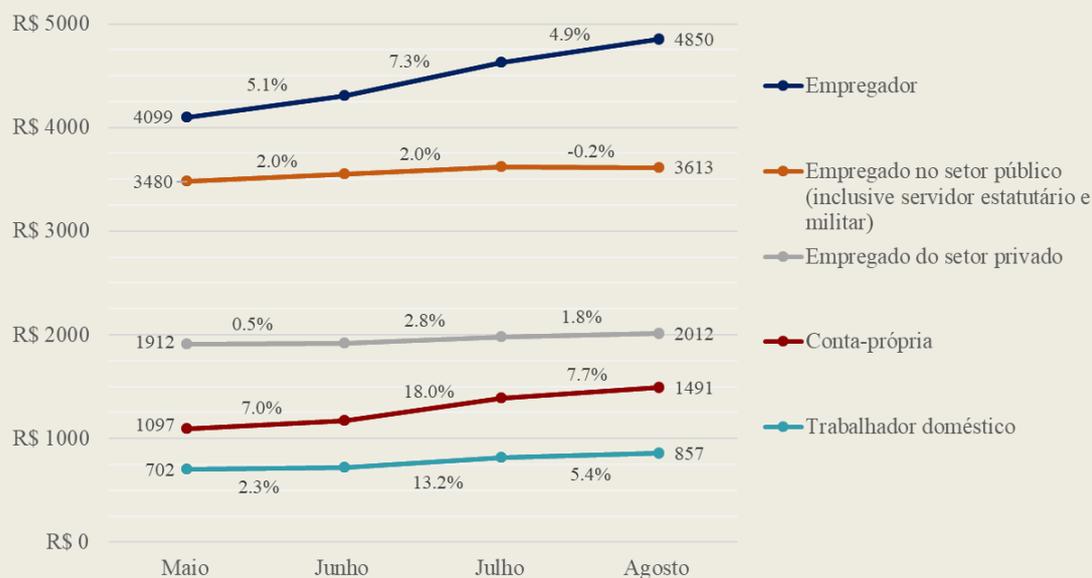
**Gráfico 3.** Rendimento real domiciliar per capita médio efetivamente recebido em domicílios em que alguém ou ninguém recebeu auxílio emergencial (agosto) (R\$)



Fonte: IBGE (2020)

Além disso, o rendimento médio do trabalho como um todo apresenta alguma recuperação ao longo dos quatro meses de pesquisa, passando de R\$ 1.908, em maio, para R\$ 2.137, em agosto, um aumento de 12%. Ainda assim, os dados apontam para desigualdades nesta recuperação quando analisada por diferentes perspectivas. Observa-se no Gráfico 4 abaixo, por exemplo, que o rendimento médio do trabalho em diferentes posições na ocupação demonstra certa estabilidade entre os meses de maio e junho. A partir de junho, por sua vez, os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores domésticos apresentam taxas de crescimento maiores. O grupo dos empregadores, ainda, se distingue por apresentar uma taxa de crescimento elevada desde o início da pesquisa.

**Gráfico 4.** Rendimento médio real efetivamente recebido de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento do trabalho (R\$) e taxas de crescimento mensal (%) do rendimento por posição na ocupação (maio-agosto-2020)



Fonte: IBGE (2020)

Destaca-se também a recuperação do rendimento médio real efetivamente recebido nos meses de pesquisa no que diz respeito ao nível de instrução, grupos de idade, raça/cor e sexo, conforme ilustrado na Tabela 4. Quanto ao nível de instrução, o maior crescimento verifica-se entre os menos escolarizados, cujo rendimento médio passou de R\$ 929 em maio para R\$ 1.109 em agosto; o menor verifica-se no nível mais alto de escolaridade, ensino superior completo ou pós-graduação, que passou de R\$ 3.911 em maio para R\$ 4.205 em agosto. No caso dos grupos de idade, a maior recuperação de renda ocorre no grupo de pessoas com 60 anos ou mais, de R\$ 2.154 em maio para R\$ 2.545 em agosto. Homens e mulheres, em contrapartida, têm ampliação de rendimento médio muito similares entre maio e agosto,

com aumentos de R\$ 225 e R\$ 224, respectivamente. Da perspectiva de raça/cor, por sua vez, os brancos apresentam um aumento de R\$ 276 no rendimento médio do trabalho no mesmo período, enquanto pretos e pardos apresentam um aumento significativamente menor, de R\$ 184.

**Tabela 4.** Rendimento médio real efetivamente recebido de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento do trabalho por nível de instrução, grupos de idade, sexo e cor/raça (maio-agosto-2020) (R\$)

	<b>Maio</b>	<b>Junho</b>	<b>Julho</b>	<b>Agosto</b>
Sem instrução ao fundamental incompleto	929	960	1 060	1 109
Fundamental completo ao médio incompleto	1 119	1 149	1 253	1 303
Médio completo ao superior incompleto	1 459	1 496	1 596	1 654
Superior completo ou pós-graduação	3 911	4 000	4 163	4 205
14 a 29 anos	1 276	1 306	1 386	1 412
30 a 49 anos	2 144	2 169	2 305	2 372
50 a 59 anos	2 034	2 123	2 273	2 338
60 anos ou mais	2 154	2 330	2 494	2 545
Homem	2 059	2 105	2 228	2 284
Mulher	1 705	1 751	1 877	1 929
Branca	2 393	2 448	2 596	2 669
Preta ou parda	1 467	1 507	1 612	1 651

Fonte: IBGE (2020)

É possível supor que parte dos rendimentos médios das categorias vem aumentando pelos efeitos multiplicadores das políticas emergenciais de renda. Apesar disso, não pode ser descartada a hipótese de que houve perda dos postos de trabalho nestas categorias, em especial os com menor remuneração, o que também promoveria o aumento na média.

### **Referências Bibliográficas**

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD COVID19, disponível em [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/investigacoes-experimentais/estatisticas-experimentais/27946-divulgacao-se-manal-pnadcovid1?t=o-que-e&utm\\_source=covid19&utm\\_medium=hotsite&utm\\_campaign=covid\\_19](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/investigacoes-experimentais/estatisticas-experimentais/27946-divulgacao-se-manal-pnadcovid1?t=o-que-e&utm_source=covid19&utm_medium=hotsite&utm_campaign=covid_19), acesso em 26 de setembro de 2020.